

ACTA Nº 08/2007

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E SETE.

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Setembro, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 19/06/07 a 17/09/07; -----

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de uma Derrama para a cobrança do ano de 2008. (alínea f, nº. 2, do artº.53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta, para nos termos do disposto no artº.112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), se fixarem taxas para vigorar no Município de Ílhavo, no ano de 2008.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Vice-Presidente, Fernando Caçoilo e os Vereadores, João de Oliveira, Marcos Ré, Margarida São Marcos, Paulo Costa e António Pedro Martins. Não esteve presente o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, por se encontrar ausente em representação do Município. -----

FALTAS: Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Augusto Soares. -----
Nuno Torres, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, David Louro. -----
Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

SUSENSÃO DE MANDATO: -----
O membro Pedro Tróia que a seu pedido tem tido o mandato suspenso, deu conhecimento que nos termos do nº. 4, do artº. 77, pretende retomar funções na próxima reunião da Assembleia Municipal, conforme se transcreve: " Pedro Tróia, membro da Assembleia Municipal, grupo PS, vem nos termos do nº4 do art 77º da Lei 5ª/2002 de 11 de Janeiro, informar V.Exa que é sua vontade retomar funções, logo cesse a suspensão do mandato. -----

P.a V.Exa deferimento -----
Ass) Pedro Tróia" -----

PEDIDO DE RENÚNCIA DE MANDATO: -----
"Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

Militei ao longo de bastantes anos na Assembleia Municipal do Concelho de Ílhavo e foi com convicção profunda que procurei orientar a minha intervenção política através dum fio condutor desligado de ambições ou interesses. -----

Reconheço, que um mandato tão longo como aquele a que me propus por desafio político teria inevitavelmente de ter alguns contratemplos. Para os contratemplos, que foram muito poucos, agradecia que os membros da Assembleia Municipal deixassem transparecer uma nesga de confiança e deixassem transparecer um voto de confiança nos autarcas que desassombradamente discutem e interpelam, porque a eles se deve o resultado positivo do mito que o 25 de Abril produziu. Para quem aposta sistematicamente no sofisma da vitimação e na demolição do mandato que o voto universalmente propicia, vai a minha compreensão política reconhecendo no entanto que esse não é claramente o caminho para a diagonal que a democracia precisa. -----

Por razões relacionadas com saúde venho e ao abrigo do competente artigo do Regimento da AM que viabiliza a renúncia de mandato, pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que faça produzir os correspondentes efeitos a partir desta data. -----

Ass: Álvaro M. R. Ramos" -----

A Assembleia de Ílhavo tomou conhecimento, passando a substituição a ser feita pelo membro imediatamente a seguir na lista, Hernâni Lopes Santo. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Manuel Soares, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Carlos Lopes, David Louro, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: -----

Foram presentes as seguintes actas para aprovação: ----- **Acta**

n.º 06/2007: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

Acta n.º 07/2007: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

EDUARDO FERREIRA: Começa por dizer que o Concelho tem sido politizado e manobrado para o período eleitoral, questionando quais foram as obras executadas no presente ano conforme o Plano e Orçamento apresentado e em que ponto de situação se encontram as seguintes obras: reordenamento da zona do antigo mercado e o saneamento/urbanização no Concelho. Questiona ainda, qual a função do gestor das piscinas municipais. -----

Afirma que o Concelho de Ílhavo, tendo a bandeira azul, é bom para a projecção das nossas praias e de todo o comércio local, no entanto lamenta a inexistência de passeios nas zonas das praias, bem como o mau estado dos existentes. Refere também, que a avenida dos capitães tem os passeios totalmente degradados o que dificulta a mobilidade de quem lá passa. -----

Diz que Ílhavo está a tornar-se num concelho rico pelos seus pensados e avultados investimentos, tais como a Quinta da Boavista e a Marina da Barra, sendo estes investimentos dignos de zonas internacionais como o principado de Mónaco, no entanto refere que o Concelho de Ílhavo tem uma cobertura de saneamento a 50%, tem vias de comunicação em estado degradante, tem a sua mata nacional a morrer, mas mesmo assim, evidência a megalomania deste executivo. -----

Termina, questionando qual o ponto de situação da Sociedade Anónima e suas obras. -----

JORGE TADEU: Passados nove meses após a data prevista de entrada dos fundos comunitários no País, o QREN continua a ser inexistente. Indica que apesar da base do QREN estar aprovada, ainda não existe um sítio onde os cidadãos, empresários ou presidentes de uma qualquer instituição do País, se possam dirigir e saber quais são as regras. -----

No caso de Ílhavo, para quando prevê a disponibilização dos fundos para investimentos no Concelho, mesmo não conhecendo as regras de acesso. -----

FLOR AGOSTINHO: Gostaria de saber qual é o ponto de situação em que se encontra a Ponte da Barra, e se as datas que estavam previamente estabelecidas se vão cumprir. Se é possível haver ou não uma derrapagem nos prazos, ou se tudo está a decorrer dentro da normalidade. -----

HUMBERTO ROCHA: No que diz respeito à fábrica de Biodisel instalada no Porto Comercial, chama a atenção para a gestão ambiental, na Gafanha da Nazaré, face à localização da fábrica. E questiona se irão surgir problemas a nível atmosférico, odores, qualidade do ar, visto que vai ser extraído Biodisel dos óleos e gorduras. -----

JOSÉ LOUREIRO: Em primeiro, e de acordo com a Lei, refere que esteve em discussão pública, o Estudo de Impacto Ambiental referente à edificação da fábrica de Biodiesel edificada no Porto de Aveiro. Por isso, estranha que a edificação já esteja concluída, mesmo antes da emissão de parecer. Nesse sentido, relembra que anteriormente propôs em Assembleia a criação de uma Comissão de Acompanhamento desta fábrica no Porto de Aveiro, em nome da defesa da Ria. -----Em segundo, comunica que após dois anos do seu primeiro pedido para efectuar a visita aos edifícios da Câmara, informa que, já foram efectuadas e realça a amabilidade e a forma perfeitamente profissional como foi recebido pelos funcionários da Autarquia: -----

D^a. Florbela Serra- Câmara Municipal -----Dr^a.

Lisete- Biblioteca Municipal -----

Dr. Álvaro Garrido- Museu Marítimo -----

Eng^o. Pedro- Armazéns da Câmara -----

Senhor Vice- Presidente da Câmara Municipal, Eng^o. Fernando Caçoilo -----

Em terceiro, chama a atenção para a falta de cumprimento da Lei e concomitantemente do regimento da Assembleia Municipal, na sua alínea E do art^o 2^o. -----

Em quarto, chama a atenção para o estado caótico e vergonhoso em que se encontra a entrada da Gafanha da Nazaré, com início sul da Av. dos Bacalhoeiros. -----

Em quinto, diz que tomou conhecimento de que os deficientes do CASCI são obrigados a pagar as utilizações das Piscinas Municipais, dizendo tratar-se de uma profunda injustiça, solicitando a sua alteração. -----

Para terminar e em sexto lugar, salienta que continua por concluir a ligação à Zona Industrial das Ervosas, o que obriga o trânsito a utilizar a estrada da Légua. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1^a INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Eduardo Ferreira dizendo que durante estes dez anos muito foi feito no Concelho, tanto em obras como em projectos. A comprovar isso está a eleição do terceiro mandato deste Executivo, demonstrando que os eleitores do Concelho estão satisfeitos com o seu trabalho. Diz ainda, que a linha de conduta neste mandato será a mesma linha dos outros, sendo evidente que embora se esteja a atravessar um período transitório do fim de um Quadro Comunitário e do início de outro, o município faz e tem feito obras para a vida activa dos municípios, como sendo na área social e/ou cultural. -----

Relativamente à questão do gestor da piscina, refere que todas as piscinas têm de ter gestão própria e as nossas não o tinham, visto que anteriormente quem fazia a gestão directa era o Vereador do pelouro. Responde ao membro Jorge Tadeu, dizendo que o QREN nesta fase se tem arrastado, atrasando as candidaturas, visto que as regras não estão ainda definidas, esperando-se que se definam num curto prazo. -----

No que diz respeito à questão colocada pelo membro Flor Agostinho diz que a Ponte da Barra está a viver uma fase crítica, devido ao trabalho executado, que é o levantamento dos tabuleiros da ponte. Informa que se prevê ter a ponte operacional nos meses de Fevereiro ou Março. -----

Ao membro Humberto Rocha, responde que a fábrica de Biodiesel, está numa zona pré-definida como zona industrial do Porto de Aveiro e nada mais pode informar. -----

Ao membro José Alberto agradece o reconhecimento da boa recepção que teve aquando da visita às instalações municipais. -----

Refere que a situação financeira da Câmara está controlada, permitindo, apesar da indefinição dos Fundo Comunitários, fazer investimento. -----

Quanto à questão da utilização da piscina pelos deficientes do CASCI, responde que o regulamento aprovado na Assembleia Municipal está a ser aplicado, no entanto indica que os apoios da Câmara são feitos através dos acordos de cooperação. -----

Quanto à questão da ligação das Ervosas à A 17, salienta que está prevista a ligação da quarta rotunda, encontrando-se em fase de negociação com a fábrica sobre a cedência de terrenos. -----

No que diz respeito à entrada da Avenida dos Bacalhoeiros, encontram-se em análise as propostas, visto que o acesso ao Porto de Aveiro através do caminho-de-ferro vai efectuar algumas alterações. -----

De seguida, passou a palavra ao Vereador Marcos Ré, para se pronunciar sobre a questão do Estudo Ambiental da fábrica de biodiesel: -----

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR MARCOS RÉ: Em relação a esta matéria refere que o estudo de impacte ambiental esteve em discussão pública e desconhece que tenha havido por parte de alguém alguma observação. Relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental, diz que a Câmara emitiu um parecer, pois considerava importante destacar preocupações relacionadas com a poluição atmosférica, o ruído e os resíduos. Sobre esta última, verificou que a SIMRIA foi contactada para que a ligação dos afluentes líquidos ao seu sistema prosseguisse. Destaca a situação do transporte da matéria-prima, pois obriga em certa medida a acelerar todo o processo relativo à via-férrea que serve o Porto de Aveiro, seja relativo à última fase da Via de Cintura ao Porto de Aveiro. -----

Finaliza, dizendo que apesar de alguns inconvenientes, é vantajoso para o Concelho e para o País existir uma fábrica deste tipo. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

HUMBERTO ROCHA: Agradece as explicações do Vereador Marcos Ré, solicitando mais informações sobre a questão do problema dos odores. -----

FLOR AGOSTINHO: Diz não estranhar as atitudes da administração da APA, visto que lhe é confuso a sua gestão. -----

EDUARDO FERREIRA: Diz compreender a necessidade de existir um Gestor para as Piscinas, no entanto, pergunta se não havia ninguém dos funcionários do quadro com capacidade para exercer essas funções.

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----**2ª**

INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Humberto Rocha perante as novas tecnologias utilizadas o problema dos odores serão acautelados. -----

Quanto à situação do gestor das piscinas, informa o membro Eduardo Ferreira que a Câmara não tinha ninguém do quadro de pessoal com habilitações em gestão desportiva. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 19/06/07 a 17/09/07. -----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: Refere que o documento apresentado é objectivo nas acções, salientando a homologação em "overbooking" da candidatura do Centro Cultural de Ilhavo e da Biblioteca Municipal de Ilhavo. -----

Destaca que o Jardim Oudinot, vai ser o maior parque da Ria, um ponto de encontro da região, sendo uma mais valia para os munícipes do Concelho. -----

Destaca também, o reordenamento do trânsito da 1ª fase da Gafanha da Nazaré, que teve início no decorrer da semana da mobilidade. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Sobre a apresentação dos documentos obrigatórios por Lei, diz ter-se dirigido ao Chefe de Divisão Dr. Rui Farinha para os solicitar, tendo-lhe informado que deveria apresentar um requerimento ao Presidente da Câmara. Assim, informa que não o fará porque os mesmos são obrigatórios por Lei. -----

Em relação à pergunta sobre a entrada da Gafanha da Nazaré, esclarece que pretende saber quais as medidas tomadas para salvaguardar a situação. -----

Diz não ter colocado em causa o estudo de impacte ambiental, informando que escreveu ao Ministro do Ambiente apresentando-lhe esse mesmo problema, não obtendo ainda nenhuma resposta. Chama à atenção do estado degradante em que se encontra a casa do Lorde na entrada da Gafanha da Nazaré.-----

Questiona qual o nome e custo do artista nacional à festa da Vista Alegre e se a Câmara o suportou. -----

Relativamente à acção MAIORIDADE 2007, pergunta, quantos foram os guias de outros partidos convidados para ir nas viagens realizadas, pois teve conhecimento que foram apenas guias do PSD. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Lamenta que só agora a Câmara tenha aprovado a abertura de concurso público para a execução das obras de requalificação do Jardim Oudinot. -----

Refere que o pavimento da Av. José Estêvão na Gafanha da Nazaré está em mau estado, necessitando de repavimentação. -----

Questiona para quando será o reordenamento de trânsito já tão falado na Av. José Estêvão e Rua Gago Coutinho na Gafanha da Nazaré, bem como a requalificação da Biarritz, na Costa Nova. -----

CARLOS LOPES: Questiona qual é o ponto de situação da requalificação da antiga EN 109. -----

MÁRIO JÚLIO: Congratula-se pela abertura do concurso das obras de requalificação do Jardim Oudinot, visto ser uma obra com interesse não só para a Gafanha da Nazaré e restante Concelho, mas também para a região. -----

MANUEL SERRA: Congratula-se pelas Obras do Jardim Oudinot apresentadas já a concurso e pelo reordenamento do trânsito da 1ª fase na Gafanha da Nazaré, na Rua D. Manuel trindade Salgueiro e suas ramificações. -----

FLOR AGOSTINHO: Destaca o montante despendido pela Câmara às associações do Concelho, através dos Acordos de Cooperação, visto que representa cerca de 25% do montante envolvido nas acções das associações, permitindo mais visibilidade do concelho perante o exterior. -----

Subscreve as decisões tomadas na última reunião dos Presidentes de Câmara que constituem a GAMA, na medida em que foram tomadas decisões de pressão sobre o Governo, nomeadamente sobre o financiamento dos cursos tecnológicos. -----

No âmbito do QREN, congratula a assinatura do protocolo celebrado com a Universidade de Aveiro, bem como o concurso das Obras do Jardim Oudinot. -----

Termina destacando a aprovação das candidaturas do Centro Cultural de Ílhavo/Biblioteca Municipal, pelas verbas atribuídas pelo QC III, que são a prova do excelente desempenho dos autarcas do município, beneficiando do “overbooking” sintomático do desempenho das candidaturas. -----

EDUARDO FERREIRA: Apreciado o documento, verifica que as Festas do Verão contribuirão para o bom desenvolvimento do turismo da região. -----

Salienta os valores atribuídos aos Agrupamentos de Escuteiros, que em termos financeiros foram muito próximos uns dos outros, destacando o trabalho desenvolvido da limpeza da margem da Ria pelo Agrupamento 1024 da Gafanha da Encarnação. -----

Pergunta se no processo de reversão, o Executivo teve alguma mais valia com a venda dos três lotes da ZIM. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----1ª

INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS: Responde ao membro José Loureiro que é sabido o que a Lei diz sobre as contas da Câmara, no entanto, está a decorrer uma análise entre a ANMP e o Governo, de forma a arranjar uma situação equilibrada de se apresentar valores resumidos aos membros. -----

Sobre o problema da entrada das casas junto do antigo Lorde, informa que houve uma intervenção nas casas fruto da notificação que a Câmara fez ao proprietário, de forma a salvaguardar a questão da segurança das mesmas, dado o seu mau estado. Indica que o proprietário já fez a primeira operação de encerramento das casas. -----

Sobre a semana da MAIORIDADE, entende que foi indelicado para com os funcionários da Câmara, visto eles serem maioritariamente os guias. Entende, por isso, deselegante chamar excursão do PSD aos passeios. -----

Em referência à obra do Jardim Oudinot, diz que no mandato de 94/97, o PS perdeu a oportunidade de avançar com a obra. Este executivo prevê ter obra finalizada em Julho ou Agosto. -----

Quanto à questão do pavimento da Av. José Estêvão, diz que haverá uma intervenção no início do mês de Outubro, que é a reparação dos colectores para encamisar os colectores de águas pluviais, de forma a resolver o problema. -----

Sobre o ordenamento de trânsito, entre a Av. José Estêvão e Rua Gago Coutinho, informa que foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara, uma 1ª fase experimental. -----

Quanto à questão da Biaritz e dos passeios, indica que as obras estão enquadradas na requalificação do lado da Ria da Costa Nova, no âmbito da Sociedade Anónima. -----

Esclarece o membro Carlos Lopes, dizendo que a requalificação da EN 109, está dependente da EP-Estradas de Portugal, que assumiu o compromisso de entregar o projecto finalizado à Câmara Municipal há um ano atrás e ainda não o cumpriu. Somente após a sua entrega e definição dos Fundos Comunitários do QREN, apresentar-se-á candidatura da estrada, permitindo a sua requalificação. -----

Responde ao membro Mário Júlio, referindo-se à requalificação do Jardim Oudinot terá como base um concurso internacional, visto que atinge um valor de 3,3 milhões de euros, ultrapassando o valor de 2,4 milhões de concursos nacionais. -----

Quanto aos acordos de cooperação assinados com as associações do concelho, indica que as mesmas são colocadas num patamar ao mesmo nível da Câmara Municipal e só assim entende que haja relacionamento com associações. -----

Quanto à questão da ZIM, e do protocolo da Universidade de Aveiro com a GAMA, congratula-se com a resolução destas matérias. -----

Relativamente às Festas de Verão, entende que sendo um concelho à beira mar, com duas excelentes praias, a da Barra e da Costa Nova, a diversão é uma mais valia para quem as visita. -----

Relativamente aos protocolos com os escuteiros, diz ser da responsabilidade do Vereador Marcos Ré, sendo os valores todos parecidos, dadas as actividades serem semelhantes. -----

Destaca a actividade de limpeza das margens da Ria ser um sucesso, pois as associações têm que se integrarem na comunidade. -----

Quanto ao protocolo do CASCI, indica que houve tratamento igual com todas as associações, em que foi solicitado por escrito às respectivas direcções, reuniões e documentação para que fosse feito o acordo de cooperação, e até hoje, não houve resposta. No entanto, a Câmara Municipal continua, mensalmente, a apoiar em tudo aquilo que o CASCI solicita, nomeadamente as rendas que estão inerentes a apoios integrados como CASCI. -----

Refere que os processos de reversão são uma mais valia para a Câmara, porque são feitas com base nos números que os anteriores proprietários pagaram na altura, e portanto, quando a Câmara os vai colocar a concurso é baseado no novo regulamento que tem um valor mais elevado, permitindo também a novos investimentos, criando postos de trabalho, em vez de estarem abandonados. Quanto à questão que falou do Jardim Oudinot e da APA, aliás, é público que existe um compromisso já do tempo da administração do Dr. Raul Martins, que é do Jardim Oudinot ninguém faz a obra A, ninguém faz a obra B, o compromisso que existe, é que 25% do valor de investimento do parque, que seja assumido pela APA. Portanto, é esse compromisso que existe, sendo obviamente depois o restante 75%, da responsabilidade da Câmara. É lógico que, com estes números tem que se fazer aqui o rácio relativamente aos Fundos Comunitários, daquilo que esta empreitada seja apoiada. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOSÉ LOUREIRO (DEFESA DA HONRA): Chama a atenção para o facto de não ter enunciado o nome de nenhum funcionário e de não lhe ter respondido às suas questões. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Estranha a defesa da Honra membro José Loureiro, quando menciona em excursões do PSD e guias do partido. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de uma Derrama para a cobrança do ano de 2008. (alínea f, nº. 2, do artº.53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Começa por dizer que a alteração da nova Lei das Finanças Locais relativamente ao regime financeiro das Autarquias Locais veio alterar a base de incidência, o lucro tributável dos sujeitos passivos. Portanto, a proposta prevê a base de incidência do lucro tributável dos sujeitos passivos um valor de 1,5% desse valor, porque se pretende apostar nas requalificações das zonas industriais, da continuação da expansão das redes de saneamento e da rede viária, permitindo estas receitas ser uma mais valia para investimento em obra. -----

Assim, solicita à Assembleia Municipal a aprovação da proposta apresentada, dado que é uma incógnita se esta alteração da Lei vai aumentar ou diminuir a receita histórica, esperando que em um ou dois anos se saiba qual o valor a receber. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

EDUARDO FERREIRA: Diz ter dúvidas sobre esta proposta, porque considera que as empresas têm que ser capazes de gerarem receitas para manter postos de trabalho, para manter um nível de laboração no seu aspecto e produção e comercialmente, permitindo que as suas receitas sejam efectivas. -----

Sugere que as empresas devam participar com um valor mínimo para permitir a manutenção das vias de comunicação, pelas quais os camiões circulam. -----

FLOR AGOSTINHO: Com a alteração da Lei das Finanças Locais, crê que o valor da derrama possa vir a crescer, visto que antes a base tributável era a matéria colectável de IRC, passando agora a lucro tributável. No entanto, prevê que haja uma redução na verba que a Câmara venha a arrecadar, ainda que essa redução possa a vir ser compensada como o aumento de contribuintes. -----

Embora seja uma situação experimental, a derrama é uma das receitas fundamentais das autarquias, porque através desses dinheiros as Câmaras fazem investimentos necessários para a população. -----

Relembra que aquando da discussão da Lei das Finanças Locais, concluíram que a sua aplicação só iria penalizar as autarquias. Diz que o futuro dirá, na medida em que conter a captação de receitas e a possibilidade do recurso ao financiamento, vai reduzir o investimento camarário, sendo agravado pela demora das transferências dos fundos pelo Governo. Diz ser sintomático o Governo na Lei impor às autarquias tectos máximos para os seus impostos das autarquias e não para os cobrados por eles, tais como: IVA, IRS e IRC. -----

Conclui referindo que esta atitude é a governação socialista, que em vez de reduzir os gastos públicos cobra impostos, e assim consegue o equilíbrio financeiro. Votará favoravelmente para que haja uma governação arrojada, com investimento, permitindo bem-estar à população de Ílhavo. -----

HUMBERTO ROCHA: Entende que a derrama vai incidir sobre os lucros das empresas. No entanto, considera que não deveria ser o máximo, para que haja estímulo àquelas empresas que se querem mudar para a nossa zona industrial. Considera a sua aplicação demasiado alta. -----

JOSÉ LOUREIRO: Relembra que aquando da discussão da Lei foi aprovada uma moção por si apresentada, em que discordava da Lei. -----

Chama à atenção para a situação económica das micros, pequenas e médias empresas do concelho, pois apesar de a Câmara prevê um crescimento da própria receita das empresas aplicando a taxa máxima, a realidade é contrária. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Sobre a intervenção do membro Eduardo Ferreira, comenta que é necessário capital para fazer obra e o IMI e a derrama são veículos de sustentabilidade importantes para a receita da Câmara. -----

Expõe ao membro Flor Agostinho, que com a lei anterior, e comparando valores idênticos, a Derrama de Janeiro a Agosto de 2007 é significativamente inferior à Derrama de 2006. Portanto, entende que não se deve aplicar outro valor de Derrama que não seja 1.5. -----

Responde ao membro Humberto Rocha, que a Derrama deveria ser um estímulo para as empresas, mas acontece o oposto. Exemplifica com a reversão de três lotes da ZIM, e do qual houve catorze potenciais investidores é um sinal contrário ao referido pelo membro. -----

Termina, respondendo ao membro José Loureiro que a questão da situação económica das micro-empresas não é posta em causa, visto que empresa que não der lucro tributável não irá pagar Derrama. ---

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

HUMBERTO ROCHA: Entende que a afluência de pessoas aos referidos lotes, se deve ao Concelho ter boas acessibilidades para o escoamento de produtos, nomeadamente o Porto de Aveiro e a A25 e por isso é sua opinião que não se deve carregar as taxas. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, tendo o mesmo prescindido. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação foi este ponto aprovado por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor (1 CDS/PP e 16 PSD), 7 (sete) abstenções dos membros do PS e 1 (um) voto contra do membro da CDU. ----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

Membros do PS: -----

“Derrama -----

O Município de Ílhavo deveria dar um sinal de estímulo às empresas que já se encontram a laborar no seu território, bem como estimular outras a instalar-se na nossa Zona Industrial. -----

Consideramos que a aplicação dos valores máximos, de 1,5%, da derrama é desencorajador para os agentes económicos. -----

Abstemo-nos -----

2007/09/21 -----

Pel'os Membros no PS na Assembleia Municipal. -----

As.)- Humberto Rocha”. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta, para nos termos do disposto no artº.112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), se fixarem taxas para vigorar no Município de Ílhavo, no ano de 2008.-----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1.º INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis, refere que na Lei, o novo código preconiza novos valores para os prédios rústicos e urbanos, no entanto diz que a Câmara decidiu manter os valores dos anos transactos, mesmo sendo uma das receitas mais importantes para o Município. -----

Acrescenta que a receita do IMI, os valores de 2006 e os valores de 2007 são sensivelmente equivalentes, e portanto, ao contrário de alguns concelhos em que o novo código iria dar aumentos entre os 14, 15%, em Ílhavo isso não se verifica. Contudo, relembra que em 2004, a Câmara foi a primeira a protestar junto do Director-Geral de Impostos, no sentido de rectificar os índices de localização nomeadamente na Barra, Costa Nova e no centro de Ílhavo, visto que se considerava excessivo, porque penalizava as pessoas com os valores a pagar de IMI. Em sequência, no ano transacto foi dado deferimento ao protesto da Câmara, permitindo aos seus municípios obter uma rectificação do seu IMI, ou seja, serão ressarcidos de uma forma retroactiva. Por isso, em 2007 e eventualmente em 2008, haverá o encontro de contas de quem na zona pagou mais valor pelo IMI, o que significa que a Câmara irá receber menos receita. Assim, a proposta apresentada vai manter os mesmos valores dos prédios rústicos, com a situação de haver uma majorância em 30% aplicável aos prédios urbanos degradados, porque tem que haver uma penalização para quem não trata do seu património. -----

Termina, propondo à Assembleia Municipal a deliberação da proposta, dado que o valor de imposto a cobrar é daqueles que em termos de orçamento mais pesam nas receitas municipais, sendo também uma

receita que detém uma vertente importante na despesa de capital, ou seja em investimento público, dirigido para melhoria de qualidade de vida dos munícipes. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Confirma que a Assembleia tomou conhecimento do despacho do Sr. Secretário de Estado, em que atribui uma vitória da Câmara em relação às taxas que eram aplicadas neste concelho, visto que as reconhecia como altas, passando o despacho a ter efeitos retroactivos. -----

Não concorda com a taxa, porque atinge valores que as pessoas não conseguem suportar, dizendo que as Câmaras só se preocupam em lançar o máximo de taxas, afim de obterem receitas. -----

HUMBERTO ROCHA: Comenta que nos últimos anos tem sido sempre orçamentado menos verba do que aquela que se consegue no final do ano. No entanto, perante as dificuldades das famílias não concorda com a aplicação da taxa máxima de IMI nos prédios rústicos e urbanos. Nos prédios degradados compreende porque causam perigo. -----

FLOR AGOSTINHO: Diz que defende as obras e o bem – estar da população, e como tal, tem que haver impostos., nomeadamente este que é o gerador principal de receitas dos municípios. -----

Defende que o problema não está neste imposto, mas sim no do IVA, IRS, IRC e na má gestão do Governo, sendo estas as causas do agravamento da situação da população. -----

Tendo as Câmaras para investirem, fazerem obras que as populações exigem, têm que se preocupar com esta receita. Portanto, apoia a proposta da Câmara, sabendo que poderá haver a possibilidade de reduções de coeficientes, ignorando-se o valor que se pode atingir no próximo ano. -----

Finaliza, dizendo que é favorável a que haja construção e investimento no Concelho. -----

EDUARDO FERREIRA: Discorda com este imposto, porque agrava anualmente a bolsa de quem lutou pela casa própria. Diz ainda, sendo este imposto agravado para as casas devolutas, sugere benefícios para aqueles que mantêm as casas bonitas criando um bom ambiente externo, contrabalançando com o excesso das casas que estão devolutas. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: ----- **1ª**

INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde aos membros intervenientes, dizendo que, as Leis são aprovadas pela Assembleia da República e o Governo elabora os Decretos-Lei, e a Assembleia por proposta do Governo, sendo este um mecanismo criando para através da Lei as autarquias locais terem as suas receitas. -----

O IMI, é um imposto que é uma receita importante para a autarquia, visto que tendo cada vez mais responsabilidade, terão que ter também as suas receitas próprias. -----

Indica que o que se investe na construção civil é um problema nacional e não local, porque o que está mal na comunidade é a penalização forte e feia aos produtos de consumo, nomeadamente o IVA. Exemplifica com a população duma zona fronteiriça que prefere comprar os produtos em Espanha porque o IVA é de 17% e em Portugal é de 21%. -----

Quanto à questão sobre as casas bonitas, e da sua vantagem percentual no IMI, indica ser muito difícil, porque enquanto uma casa que está devoluta, está em degradação e a definição de casa bonita é discutível consoante o gosto de cada pessoa. Daí não ser um conceito fácil de implementar e justo. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

HUMBERTO ROCHA: Concorde em as Câmaras terem impostos para gerir, no entanto, diz que indirectamente são os munícipes que contribuem com tudo, dado que o Estado distribui uma percentagem dos seus impostos aos municípios. Diz que o problema está no gastar melhor o dinheiro dos impostos, porque se assim acontecer, a cobrança será menor. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Humberto Rocha que a Câmara investe e gere bem os dinheiros públicos, com um objectivo de melhoria da qualidade de vida das populações. -----

VOTAÇÃO: Submetida a votação foi este ponto aprovado por maioria com os 16 (dezasseis) votos a favor dos membros do PSD, 1 (um) abstenção do membro do CDS/PP e 8 (oito) votos contra (7 PS e 1 CDU). ----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

Membro da CDU: -----

“Todos temos assistido, nesta altura da vindima, à vindima das vítimas inocentes que são todos os portugueses que, bombardeados durante os períodos eleitorais pela promessa de cornucópias cheias de benesses, embalados pelo doce cantar de certos melros, só mais tarde verificam quão cruel foi o despertar do seu engano. -----

O que nos diz a imprensa? -----

Que o PSD quando está na oposição propõe a diminuição do IMI. -----

Quando está no poder aplica a taxa máxima. -----

Que o PS quando está na oposição, propõe a diminuição do IMI. -----

Quando está no poder aplica a taxa máxima. -----

Mas a verdade é que, nós políticos, temos obrigação de estar atentos à realidade sócio-económica que os rodeia. -----

Há sinais que não nos podem deixar indiferentes. -----

E a verdade, é que o sector da construção civil se encontra numa fase profundamente preocupante. -----

Para além das constantes subidas dos juros bancários, que atingiu na sua globalidade a maioria dos portugueses, a verdade é que as receitas do IMI têm vindo a crescer. Aliás, é fácil verificar que uma casa que seja avaliada em 200.000,00 € paga de IMI 1.600,00 €.

Penso que se trata de uma machadada que poderá contribuir a período muito curto a uma situação de rotura. -----

Aliás, bastará estar atento ao mundo da finança para verificar até que ponto, exactamente o mercado dos imóveis está a conduzir e a preocupar os especialistas. -----

Não fossem as injeções constantes dos bancos centrais, e poderíamos estar hoje a desmontar a feira. Cuidado com a gula. -----

Há exemplos de políticos, que mesmo sem os coeficientes a que está sujeito o Concelho de Ílhavo, fizeram marcha-atrás, e diminuíram substancialmente a cobrança do IMI. -----

É por isto tudo, que voto contra a proposta da Câmara. -----

Ílhavo, 21 de Setembro de 2007 -----

O deputado do PCP -----

As.) José Alberto Ramos Loureiro”. -----

Membros do Partido Socialista: -----

“Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

A Câmara Municipal de Ílhavo, continua a sobrecarregar os munícipes com impostos aplicando mais uma vez, as taxas máximas para o IMI. -----

Temos verificado também nos anos transactos que a receita do IMI, é sempre superior ao que foi orçamentado o que possivelmente também acontecerá este ano. -----

Compreendemos que o Executivo tenha de gerar receitas para cobrir as despesas, mas consideramos que estas devem demonstrar uma contenção e uma programação ajustadas e não o desenfreado despesismo que tem sido pratica deste Executivo. -----

A Câmara de Ílhavo, continua a avançar com elevados níveis de endividamento pelo que se torna urgente inverter a situação, aplicando medidas de contenção de despesas, que permitam uma gestão sustentada do Município. -----

A aplicação das taxas máximas do IMI, vem sobrecarregar, mais uma vez os habitantes do Concelho de Ílhavo, pelo que votamos contra. -----

2007/09/21 -----
Pel' Os Membros do PS -----
As.)- Humberto Rocha". -----
O Presidente da Mesa, informou que terminada a discussão da Ordem de Trabalhos e não havendo público para intervir, deu por finda a reunião pelas 00:25. -----
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 07/12/07.